«INSTRUMENTOS DE APOIO ARQUIVO/MUSEU»

Gabinete do Património Histórico da CGD

No âmbito da avaliação anual e nos termos previstos pelo Sistema de Gestão de Desempenho, existe uma rubrica que prevê a elaboração de um objetivo individual chamado, objetivo de melhoria. Nos moldes vislumbrados para o Gabinete de Património Histórico, no que concerne aos objetivos, tanto da unidade como individuais, foram adaptados de acordo com o trabalho desenvolvido, pois, não se assemelha aos padrões estanques estabelecidos para uma instituição bancária. O GPH, tal como a sua designação assume, trata o património arquivístico, museológico e bibliográfico da Caixa e pretende perpetuá-lo através da sua divulgação, para que se torne cada vez mais do conhecimento geral e mostre o que se tem feito desde há uns largos anos para cá.

Esse objetivo de melhoria tem contemplado vários estudos bastante relevantes para o trabalho por nós desenvolvido, uma vez que, o seu conteúdo se baseia numa forma de enriquecimento de conhecimentos e incentiva o aperfeiçoamento do que fazemos, acrescentando, sempre, algo de novo.

Foi nestes moldes, que nestes últimos quatro anos, foram feitos estudos, pelos técnicos do GPH, nas áreas de Arquivo e Museologia.

Ao Arquivo Histórico coube a tarefa de escrever sobre a História da Caixa e do BNU, baseados em bibliografia já existente, legislação e alguma documentação. Ainda na área da arquivística, foi feita uma coletânea de legislação sobre a CGD e um estágio sobre normas de conservação preventiva e restauro, sobre o qual incidiu um relatório exaustivo de cada um dos técnicos. Mais recentemente, foi desenvolvido um extenso trabalho de pesquisa, uma Cronologia exaustiva sobre a Caixa Geral de Depósitos e o Banco Nacional Ultramarino, cada uma delas entre 1876 e 2005 e 1864 a 2002, respetivamente, com a mais valia de um Índice Remissivo em anexo.

Para além destas, um outro Índice Temático foi desenvolvido, contemplando as Ordens de Serviço da CGD, entre os anos de 1891 e 1983. O Arquivo Histórico da instituição, tem à sua guarda os preciosos livros de encadernação rija, com todas estas ordens de serviço publicadas até 1983, numeradas e datadas, respetivamente. A partir desse ano, foi adotado outro sistema de divulgação das mesmas, desde a circulação em papel, nos vários departamentos e serviços do banco, até à informatização.

Estes trabalhos revelam muita investigação sobre a CGD e o BNU. Sendo importante também fazer uma ressalva, que apesar do Banco Nacional Ultramarino ter sido incorporado na Caixa em 2002, continua ainda hoje a existir, em Macau e Timor.

Esta pesquisa resulta da consulta de bibliografia, legislação e das Ordens de Serviço. Em paralelo a este trabalho de investigação, foram criados indicadores temáticos, sob a forma de entradas do índice remissivo, cujo o objetivo principal, é estabelecer uma complexa relação entre estes dois instrumentos, facilitando assim a rápida consulta ou diminuindo a dificuldade em encontrar a informação pretendida.

Para além deste facto, o índice remissivo, em qualquer dos casos, seja na cronologia ou nas ordens de serviço, promove uma ponte entre vários temas e remete para outros assuntos, quando estes se encontram relacionados.

No caso da cronologia, esta, relata os acontecimentos históricos, descrevendo-os e agrupando-os, de acordo com uma sequência lógica. Podemos encontrar a criação de serviços, o estabelecimento de normas e regulamentos, informação sobre instalações e criação de dependência e agências, assim como, os mandatos dos vários presidentes do banco. No caso do BNU, acresce ainda a riqueza de informação baseada na experiência do banco nas ex-colónias portuguesas.

No que respeita às ordens de serviço, estas têm como função regular o funcionamento da instituição, estando o seu conteúdo relacionado com a criação, organização e reestruturação de serviços e departamentos, política de pessoal, admissões, aposentações, contratações, exonerações, nomeações, etc., remunerações e benefícios, passando ainda, por informações direcionadas a características de produtos bancários e outras informações sem maior envergadura.

Concretamente, também na área da museologia, foram desenvolvidas tarefas semelhantes, mas, no âmbito dos objetos.

À guarda do museu da CGD, existe um conjunto de serigrafias, sobretudo, de pintores portugueses, pertencentes a uma época marcante da Arte Moderna e Contemporânea. Foi, baseado nestas obras que a área da museologia reuniu as várias biografias, breves, destes pintores portugueses, com o objetivo de dar a conhecer o autor e um pouco da sua história. Estas, estão reunidas num pequeno compêndio.

Para além desta, existe ainda, com base teórica, um estudo sobre a coleção de Notafilia da CGD, que engloba notas que circularam nas ex colónias, a saber: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Índia, Macau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Esta coleção reflete a

intervenção do BNU nos vários territórios mencionados, como banco emissor. Para além das notas, existe uma secção de “provas de notas”, as mesmas que antecedem a impressão das notas, propriamente ditas, e uma série de outros objetos que constituem a mesma, espécimes, cédulas e cheques-nota.

Finalmente, a área em destaque promoveu a frequência de um curso de “Conservação Restauro e Reciclagem de Mobiliário”. Este, muito contribuiu para a aquisição de conhecimentos na área do restauro, donde resultou, um trabalho prático que envolveu algumas peças do próprio acervo museológico da CGD. Existe assim um relatório exaustivo, onde se podem conhecer algumas metodologias aplicadas à conservação de mobiliário e obras de arte. Este está ilustrado com imagem desse processo e contém considerações importantes sobre o tema em causa, baseadas em bibliografia publicada.

Em suma, estes são, valiosos instrumentos de apoio ao desenvolvimento do trabalho realizado pelos técnicos do GPH, assim como, ao investigador sempre que as suas necessidades o exijam durante a consulta nos nossos serviços.

São de consulta livre a todos. No entanto, convém referir, que, apesar de uma pesquisa duradoura, no caso da cronologia, não se pense que a informação se esgotou, não é possível dizer-se que está completa, estão relatados aqueles momentos, considerados os mais marcantes. Está em aberto a tarefa de a engrandecer com a descoberta de mais um facto ou acontecimento, assim que este surgir, até porque, quando se lida com documentação, o aparecimento de mais informação, é quase diária.

Helena Real
Gabinete do Património Histórico da CGD
Maio de 2013